

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

APÊNDICE ANEXO I

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

1. DADOS DO PROCESSO:

Nº do Processo:	24.697/2024
Estudo Preliminar nº:	001/2024
Secretaria:	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GESTÃO.
Setor / Órgão:	FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE NOVA FRIBURGO.
Objeto:	Contratação de empresa especializada para a elaboração de cálculo atuarial referente ao exercício financeiro de 2025, com base no exercício de 2024, incluindo a formulação de plano institucional para a gestão de riscos atuariais, bem como a realização de estudos e emissão de pareceres atuariais adicionais, em conformidade com a legislação vigente aplicável à Avaliação Atuarial. Gestor: Claudia Cristina de Assis Serra – Matrícula nº 62.690
Equipe de Planejamento:	Apoio Técnico: Camilla Rufino Constantino – Matrícula nº 115.134 De acordo: Isabela Lemgruber Asth – Matrícula nº 115.133

2. INTRODUÇÃO:

Este documento marca a primeira etapa da fase de planejamento, apresentando estudos e análises detalhadas para a contratação de uma solução que atenda à necessidade identificada. O objetivo principal é avaliar e definir a melhor solução disponível no mercado, com base em uma compreensão minuciosa da demanda e em consonância com as normas vigentes e os princípios da Administração Pública, como eficiência, economicidade e transparência.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

Este documento visa à contratação de serviços técnicos especializados para atender às exigências da Legislação Previdenciária, incluindo, mas não se limitando ao artigo 40 da Constituição Federal; às Leis Federais nº 9.717, de 27/11/1998 e nº 10.887, de 18/06/2004; à Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; aos artigos 26, 27 e 28 da Portaria MTP nº 1.467, de 02/06/2022; bem como à Lei Municipal nº 3.400/2004 e suas alterações. Esses normativos estabelecem a necessidade de compliance legal para obtenção e renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), essencial para a continuidade e credibilidade do Fundo de Previdência Social de Nova Friburgo.

Os serviços solicitados envolvem a realização de estudos atuariais e atividades correlatas, de maneira a permitir uma análise precisa e atualizada do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos do município de Nova Friburgo. Esse trabalho técnico é fundamental para garantir uma gestão previdenciária que assegure o equilíbrio financeiro e atuarial, promovendo a sustentabilidade do regime conforme as exigências constitucionais e normativas.

Dada a ausência de profissionais técnicos especializados no quadro de colaboradores municipais, é indispensável a contratação de empresa especializada para a execução dessas atividades. Essa contratação permitirá ao Fundo de Previdência realizar uma avaliação robusta do RPPS, possibilitando a adoção de



medidas estratégicas para sua sustentabilidade a longo prazo, em conformidade com as melhores práticas e requisitos legais.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

1. Requisitos Técnicos da Empresa Contratada

A empresa deve demonstrar:

- **Experiência comprovada** na prestação de serviços de estudos atuariais e assessoria para RPPS, mediante atestados de capacidade técnica emitidos por órgãos públicos ou entidades similares.
- O Atuário legalmente responsável deverá comprovar experiência mínima de 3(três) anos, nos últimos 5(cinco) anos anteriores à data de realização do certame .
- Registro regular em órgãos ou conselhos profissionais aplicáveis (como o Instituto Brasileiro de Atuária, se aplicável).
- Capacidade de fornecer soluções alinhadas às normas do Ministério da Previdência Social, Constituição Federal, legislações federais, estaduais e municipais pertinentes.

2. Requisitos da Equipe Técnica

A equipe responsável pela execução do contrato deve:

- Ser composta por **atuários qualificados**, registrados no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA).
- Incluir profissionais com experiência em análise atuarial e compliance previdenciário.
- Demonstrar expertise em estudos sobre equilíbrio financeiro e atuarial de RPPS.

3. Escopo dos Serviços

Os serviços contratados devem abranger:

- Avaliação atuarial anual para projetar a sustentabilidade do RPPS.
- Atualização de dados e parâmetros necessários para manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Elaboração de Relatórios Técnico:

- Documentos que atendam aos requisitos da Portaria MTP nº 1.467/2022 e outras normativas aplicáveis pelo Ministério da Previdência Social.
- Relatórios que subsidiem a renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP).

4. Prazos e Entregas:

- **Cronograma detalhado** das entregas, com prazos específicos para cada etapa dos serviços.
- Garantia de resposta ágil a solicitações adicionais feitas pelo Fundo de Previdência Social.

5. Conformidade Legal e Normativa

A empresa deve estar atualizada com as **exigências da legislação previdenciária**, incluindo a Lei Complementar nº 101/2000 (Responsabilidade Fiscal) e normativas do Ministério da Previdência Social.

6. Critérios de Seleção e Contratação

- **Menor preço**, dependendo da complexidade dos serviços exigidos.
- Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da contratada.
- Avaliação de propostas com base em critérios objetivos, como experiência e capacidade técnica comprovada.

7. Garantia de Qualidade e Resultados

- A contratada deve oferecer mecanismos de controle de qualidade para assegurar a precisão dos estudos e a adequação às normas aplicáveis.
- Garantia de que os serviços realizados sejam suficientes para elaboração e entrega do DRA ao Ministério da Previdência Social.

Esses requisitos são fundamentais para assegurar que o contrato atenda às necessidades legais, normativas e estratégicas do Fundo de Previdência Social de Nova Friburgo.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

Não há uma estimativa de quantidade, pois trata-se de contratação de serviços técnicos especializados para atender às exigências da Legislação Previdenciária, incluindo, mas não se limitando ao artigo 40 da Constituição Federal; às Leis Federais nº 9.717, de 27/11/1998 e nº 10.887, de 18/06/2004; à Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; aos artigos 26, 27 e 28 da Portaria MTP nº 1.467, de 02/06/2022; bem como à Lei Municipal nº 3.400/2004 e suas alterações. Esses normativos estabelecem a necessidade de compliance legal para obtenção e renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), essencial para a continuidade e credibilidade do Fundo de Previdência Social de Nova Friburgo.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

O levantamento de mercado consiste em uma pesquisa detalhada das possíveis soluções disponíveis para atender à demanda em análise. Esse processo visa identificar metodologias, tecnologias e inovações que permitam selecionar a alternativa mais adequada às necessidades da Administração Pública, promovendo eficiência e conformidade legal.

Em conformidade com o art. 18, §1º, da Lei Federal nº 14.133, a equipe de planejamento deve evidenciar o problema a ser resolvido e avaliar as soluções disponíveis, realizando uma análise comparativa para identificar a opção mais vantajosa. Essa análise deve considerar fatores como economicidade, eficiência administrativa, sustentabilidade social e ambiental, incorporação de tecnologias, e opções que representem menor custo para a Administração Pública Municipal.

Por meio de consultas a fontes diversas, incluindo o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), identificamos que licitações para serviços similares são geralmente realizadas nas modalidades de dispensa de licitação, pregão eletrônico e, em alguns casos, sistema de registro de preços, variando conforme as especificidades e necessidades de cada órgão contratante. As informações coletadas estão transcritas abaixo para embasar a escolha do procedimento mais adequado.



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



SECRETARIA DE FINANÇAS,
PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E GESTÃO

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 000008/2024

Última atualização 16/10/2024

Local: Pedro Canário/ES

Órgão: INSTITUTO DE PREVID E ASSIST DOS SERV MUN DE P CANARIO

Unidade compradora: 31790223000123 - INSTITUTO DE PREVID E ASSIST DOS SERV MUN DE P CANARIO

Modalidade da contratação: Dispensa

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 75, II

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta

Modo de disputa: Não se aplica

Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 16/10/2024

Situação: Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 31790223000123-1-000015/2024

Fonte: E & L PRODUCOES DE SOFTWARE LTDA

Objeto:

Contratação de empresa especializada para a Elaboração do Cálculo Atuarial ano base 2024, deste Instituto de Previdência para o exercício de 2025.

Informação complementar: Contratação de empresa especializada para a Elaboração do Cálculo Atuarial ano base 2024, deste Instituto de Previdência para o exercício de 2025.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA R\$ 7.200,00

Disponível: <https://pncp.gov.br/app/editais/31790223000123/2024/15>

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 2/2024

Acessar Contratação

Última atualização 18/10/2024

Local: Meridiano/SP

Órgão: REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MERIDIANO - RPPS

Unidade compradora: 3 - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MERIDIANO

Modalidade da contratação: Dispensa

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 75, II

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta

Modo de disputa: Não se aplica

Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 18/10/2024

Situação: Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 15317270000106-1-000008/2024

Fonte: Fiorilli Software

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ATUARIAIS VOLTADOS À ELABORAÇÃO DO CÁLCULO ATUARIAL 2025 ANO-BASE 2024.

Informação complementar: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE CÁLCULO ATUARIAL E CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA O FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MERIDIANO/SP, NOS TERMOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 8.266,67

Disponível em: <https://pncp.gov.br/app/editais/15317270000106/2024/8>

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 1790/2024

Última atualização 22/10/2024

Local: Jaguariúna/SP

Órgão: MUNICÍPIO DE JAGUARIUNA

Unidade compradora: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA

Modalidade da contratação: Dispensa

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 75, II

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta

Modo de disputa: Não se aplica

Registro de preço: Não



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



SECRETARIA DE FINANÇAS,
PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E GESTÃO

Data de divulgação no PNCP: 22/10/2024

Situação: Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 46410866000171-1-000946/2024

Fonte: SONNER SISTEMAS DE INFORMATICA LTDA

Objeto: Cálculo Atuarial 2025 base 2024

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA
R\$ 6.898,00

Disponível em: <https://pncp.gov.br/app/editais/46410866000171/2024/946>

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 90002/2024

Local: MACAÉ/RJ

Órgão: MUNICIPIO DE MACAÉ

Unidade compradora: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

Modalidade da contratação: Dispensa

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 75, II

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta

Modo de disputa: Não se aplica

Registro de preço: Não

Data da compra: 20/02/2024

Situação: Divulgada no PNCP

Fonte: RPREVCONSULTORIA ATUARIAL

Objeto: Cálculo Atuarial 2025 base 2024

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA
R\$ 9.499,00

Disponível em: Painel de Preços em anexo



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



SECRETARIA DE FINANÇAS,
PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E GESTÃO

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 90002/2024

Local: Prefeitura Primeiro de Maio/PR

Órgão: MUNICIPIO DE PRIMEIRO DE MAIO

Unidade compradora: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMEIRO DE MAIO

Modalidade da contratação: Dispensa

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 75, II

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta

Modo de disputa: Não se aplica

Registro de preço: Não

Data da compra: 08/11/2023

Situação: Divulgada no PNCP

Fonte: ACTUARIAL ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL LTDA.

Objeto: Cálculo Atuarial 2025 base 2024

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA
R\$ 13.800,00

Disponível em: Painel de Preços em anexo

Após análise das alternativas disponíveis, foram identificadas as seguintes soluções:

- **Cenário 1:** Contratação de um servidor público efetivo, via concurso público, para o cargo de Analista Previdenciário - Atuário.
- **Cenário 2:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de elaboração de cálculo atuarial e consultoria técnica especializada para o Fundo de Previdência Social do Município de Nova Friburgo/RJ.

Inicialmente, foi considerado o cenário 1, de contratação de um servidor efetivo. No entanto, esta alternativa exigiria uma estrutura organizacional e recursos humanos adicionais, para oferecer suporte operacional e administrativo na elaboração de cálculos atuariais. O Fundo de Previdência Social de Nova Friburgo é um órgão centralizado da administração pública direta, com natureza de fundo financeiro e sem autonomia administrativa ou estrutura própria com profissionais especializados na área de atuária. Isso torna inviável a contratação direta de um atuário para elaboração do Relatório Atuarial e envio do DRAA ao Ministério da Previdência Social.

Além disso, a manutenção de um servidor especializado em atuária, com encargos trabalhistas correspondentes, seria onerosa para a Prefeitura de Nova Friburgo/RJ. A título de comparação, o Contrato nº 036/2023, celebrado em 07 de fevereiro de 2024 e já concluído, teve um valor total de R\$ 6.390,00, evidenciando a vantagem econômica da contratação de serviços externos.

Assim, o **cenário 2** — contratação de uma empresa especializada — surge como a solução mais adequada e vantajosa. Os serviços exigem expertise e atualização constante, sendo necessário que a empresa contratada comprove atuação na área atuarial por, no mínimo, 3 anos e que o atuário responsável possua certificações atualizadas e especializações pertinentes.

A escolha pelo cenário 2 evita a fragmentação do processo e a necessidade de múltiplas contratações para atingir um único objetivo, particularmente considerando a complexidade dos cálculos atuariais, a estimativa de demanda e a especialização técnica necessária.

Conforme o art. 44 da Lei Federal nº 14.133/2021, “Quando houver a possibilidade de compra ou de locação de bens, o estudo técnico preliminar deverá considerar os custos e os benefícios de cada opção, com indicação da alternativa mais vantajosa.” Nesse sentido, fica claro que a contratação de serviços especializados representa uma solução economicamente vantajosa e mais adequada à complexidade do objeto.

Além disso, em levantamento de editais de outros estados e municípios, observamos que a contratação de empresas especializadas é frequentemente adotada para demandas contínuas e de natureza técnica, como é o caso dos cálculos atuariais. Essa abordagem evita a necessidade de outras contratações e garante continuidade no atendimento das necessidades ao longo do ano.

Concluimos, portanto, que a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de cálculo atuarial atende plenamente à Administração Pública, proporcionando economicidade, vantajosidade e uma relação custo-benefício favorável.

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO:

1. Consolidação dos Dados de Mercado

Os preços de contratos semelhantes identificados foram:

- **INSTITUTO DE PREVID E ASSIST DOS SERV MUN DE P CANARIO:** R\$ 7.200,00
- **REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE MERIDIANO:** RPPS: R\$ 8.266,67
- **MUNICÍPIO DE JAGUARIUNA:** R\$ 6.898,00
- **MUNICÍPIO DE MACAÉ:** R\$ 9.499,00
- **MUNICÍPIO DE PRIMEIRO DE MAIO:** R\$ 13.800,00

2. Cálculo do Preço Médio

Soma dos preços:

$$7.200 + 8.266,67 + 6.898,00 + 9.499,00 + 13.800,00 = 45.663,67$$

Divida pela quantidade de casos analisados (3):

$$45.663,67 / 5 = \text{R\$ } 9.132,73$$



3. Preço médio estimado: R\$ 9.132,73

4. Ajustes Regionais e de Complexidade

Aplicando um acréscimo de 10%:

9.132,73 \times 1,10 = R\$ 913,27

Preço estimado ajustado: R\$ 10.046,00

Com base no levantamento de preços de contratações similares divulgados no PNCP, foi identificado um preço médio de R\$ 9.132,73. Após ajustes regionais e de complexidade, estimamos que o custo para contratação dos serviços seja de R\$ 10.046,00, o que garante a economicidade e adequação ao mercado atual.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Fundamentação: (Ver inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Com base no levantamento de mercado realizado e na estimativa de preços prévia apresentada no item anterior deste ETP, conclui-se que a solução mais adequada é a contratação de uma empresa com capacidade técnica comprovada para elaborar o cálculo atuarial referente ao exercício financeiro de 2025, base 2024. O objetivo é atender integralmente às necessidades do Fundo de Previdência Social de Nova Friburgo/RJ, garantindo o cumprimento das exigências legais e a manutenção da regularidade do CRP.

A solução proposta envolve os seguintes elementos:

Relatório de Avaliação Atuarial:

- Cálculo do valor presente das obrigações e das receitas futuras do RPPS, incluindo as Provisões Matemáticas necessárias para assegurar o pagamento dos benefícios conforme a legislação local;
- Parecer conclusivo do atuário responsável sobre a situação atuarial do Fundo de Previdência Social de Nova Friburgo;
- Avaliação da qualidade da base cadastral, com ênfase em sua atualização, amplitude e consistência;
- Análise comparativa entre os resultados das três últimas avaliações atuariais, no mínimo;
- Fluxo anual projetado de receitas e despesas do RPPS para um período de 75 anos ou até sua extinção.
- **Preenchimento do Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA** no sistema do Ministério da Previdência Social.
- **Relatório Estatístico:**
 - Estatísticas sobre sexo, idade, tempo de serviço, remuneração e proventos de inatividade, abrangendo a massa de segurados ativos, inativos e pensionistas.
- **Relatório de Análise Crítica do Banco de Dados dos Segurados do RPPS:**
 - Observações sobre a qualidade e inconsistências na base de dados dos segurados, fornecida pelo Fundo de Previdência Social de Nova Friburgo.

- **Nota Técnica Atuarial:**
- Definição das hipóteses biométricas, demográficas, financeiras e econômicas;
- Modalidade dos benefícios assegurados e critérios de concessão;
- Regimes financeiros e métodos de financiamento, incluindo os cálculos atuarialmente necessários para cada tipo de benefício;
- Metodologia para o cálculo de benefícios futuros, contribuições e reservas de natureza atuarial.
- **Assessoria Atuarial:**
- Elaboração do Demonstrativo das Projeções Atuariais do RPPS, em conformidade com as exigências do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO);
- Acompanhamento e assessoria na elaboração de respostas a questionamentos de órgãos fiscalizadores, como o Tribunal de Contas e o Ministério da Previdência Social;
- Assessoria na regularização do CRP junto ao MPS, fornecendo orientações sobre a metodologia e procedimentos necessários para a concessão e manutenção do CRP.
- **Gestão da Liquidez Previdenciária:**
- Acompanhamento da liquidez do RPPS para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema;
- Elaboração de pareceres técnicos sobre questões previdenciárias, conforme solicitado.

Considerando as condições estabelecidas, a contratação se amolda à hipótese de Dispensa de Licitação prevista no Art. 75, II, da Lei 14.133/2021, por atender ao valor máximo permitido para a contratação sem licitação (R\$ 59.906,02), conforme atualizado pelo Decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece a possibilidade de dispensa de licitação em determinadas situações, como no caso de serviços cuja natureza justifique a contratação direta. Neste contexto, o valor estimado para a contratação é de R\$ 10.046,00 dentro do limite estabelecido para a dispensa. Cabe ressaltar que, apesar da contratação direta, o procedimento será formalizado de maneira a garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, com a devida publicação no sítio eletrônico oficial e a possibilidade de recebimento de propostas adicionais, conforme exigido pela legislação.

Convém observar que a Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, ao regulamentar o art. 37, XXI, da Constituição Federal, especifica algumas exceções em que a licitação é dispensada, dispensável ou inexigível. Com relação à licitação dispensável, as hipóteses estão previstas no art. 75 da Lei nº. 14.133/21. Nesses casos, a licitação é viável, tendo em vista a possibilidade de competição entre dois ou mais interessados. Todavia, o legislador elencou determinadas situações em que a licitação pode ser afastada, a critério do administrador, para atender o interesse público de forma mais célere e eficiente.

A Constituição Federal ao exigir o processo de licitação para as contratações da Administração Pública permite que a lei ressalve casos específicos:

(...)

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

(...)”

Desse modo, há situações que, apesar de gerarem vínculos entre a Administração e o particular, independem, por razões lógicas, de licitação. São aquelas em que a disputa se faz inconveniente, desnecessária ou impossível.

Contudo, ainda que se trate de contratação direta, faz-se necessária a formalização de um procedimento que culmine na seleção da proposta mais vantajosa e celebração do contrato. A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos traz um procedimento especial e simplificado para seleção do contrato mais vantajoso para a Administração Pública.

Assim, conforme previsão do Artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, com atualização dos valores através do Decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023, trouxe em seu texto a possibilidade de realizar dispensa de licitações para contratação que envolva valores até R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras.

“DECRETO Nº 11.871, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023

Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

ANEXO

Art. 75, caput, inciso II - R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos)”

Conforme previsto na norma retrocitada, os critérios se aplicam no caso em tela, uma vez que, consoante disposto no Artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, é autorizado e está em harmonia com a lei a contratação direta no caso de outros serviços e compras, cujo valor seja de até R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos). Por conseguinte, pode-se afirmar que, dentro das regras dos valores estabelecidos pela legislação vigente, não há qualquer óbice quanto à pretensão, uma vez que o valor estimado que é ainda preliminar, tendo como objetivo dar uma noção do investimento necessário, a aquisição pretendida é de R\$ 10.046,00 (dez mil e quarenta e seis reais), (Art. 9º, II do Decreto Municipal 1.942/2023), Decreto Federal nº 11.871 de 25/12/2023, Decreto Municipal 2.643 de 11/01/2024).

Deve-se ressaltar que os autos contêm toda documentação necessária para o procedimento, inclusive a estimativa de despesa para o feito, nos termos do art. 72, II, da Lei nº. 14.133/21, além do art. 5º, II, da IN SEGES/ME Nº. 67/2021. Assim, em atenção ao comando legal que determina a verificação de existência de

recursos financeiros previamente à realização da contratação, consta nos autos que há previsão de crédito orçamentário para suportar tal despesa, conforme indicação nos autos em sequência ao presente ETP.

Conforme previsto no artigo 75, § 3º, da Nova Lei, as contratações diretas, pelo valor, serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

Fundamentação: Conforme o inciso VIII do § 1º do art. 18 e os §§ 2º, II e III, do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, bem como a orientação contida na Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União.

A contratação em questão será realizada por **dispensa eletrônica**, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021, em razão do valor estimado do objeto.

Considerando que o objeto corresponde a uma única solução integrada, a adjudicação global, nesse contexto, é a opção mais adequada e eficiente, garantindo economicidade, continuidade e qualidade na execução dos serviços. Além disso, esta modalidade reduz a complexidade da gestão contratual, evitando os riscos associados ao parcelamento, mesmo em contratações de menor valor realizadas por dispensa.

Dessa forma, adjudicar o contrato globalmente à empresa vencedora assegura maior eficiência, observando os princípios da economicidade, eficiência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que a decisão pelo julgamento global foi embasada em análise prévia de viabilidade técnica e operacional, conforme os estudos realizados, os quais indicaram que o parcelamento do objeto comprometeria a efetividade da execução contratual, contrariando o interesse público

10. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO:

Fundamentação: (Conforme inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

A contratação objetiva alcançar benefícios diretos e indiretos, como economicidade, eficácia, e eficiência, além de proporcionar melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. Os benefícios esperados incluem:

1. **Melhoria na Eficiência Administrativa:** A contratação visa aumentar a eficiência administrativa, reduzir a quantidade de licitações necessárias, garantir a seleção de propostas vantajosas para a Administração Pública, e reduzir custos operacionais. Esse processo atenderá especificamente às necessidades do Fundo de Previdência Social de Nova Friburgo.
2. **Equilíbrio Econômico e Financeiro:** A principal meta é manter o equilíbrio econômico-financeiro do órgão, atendendo aos requisitos legais e regulatórios pertinentes.
3. **Levantamento e Análise de Dados:** A empresa contratada será responsável pelo levantamento de dados cadastrais dos servidores, incluindo informações de servidores ativos, inativos, pensionistas, dependentes, ex-servidores, e tipo de benefícios. Além disso, realizará uma análise qualitativa dos

dados, detectando eventuais inconsistências e gerando um relatório detalhado com os resultados dessa análise.

4. **Análise Estatística e Definição de Hipóteses:** A análise estatística dos dados cadastrais identificará as características que impactam os custos do plano de previdência. Será necessária a definição conjunta com a Prefeitura e o RPPS das hipóteses biométricas, financeiras, de composição familiar, taxa de juros, e taxas de crescimento real de salários e benefícios.
5. **Parecer Atuarial e Cálculos das Reservas Matemáticas:** A contratação incluirá a emissão de parecer atuarial sobre as reservas matemáticas e a solvência do plano de benefícios, bem como o cálculo das reservas matemáticas de benefícios a conceder e dos benefícios já concedidos.
6. **Elaboração de Relatório Atuarial:** Será elaborado o Relatório Anual de Avaliação Atuarial, contendo:
 - Resultados da análise qualitativa dos dados cadastrais.
 - Características dos benefícios do plano e do Plano de Custeio vigente.
 - Descrição das hipóteses atuariais adotadas.
 - Cálculos atuariais, incluindo Valor Presente dos Benefícios Futuros, das Contribuições Futuras, e das Receitas Futuras de Compensação Previdenciária.
 - Reservas Matemáticas de Benefícios a Conceder e Benefícios Concedidos.
 - Déficit ou Superávit Atuarial.
 - Projeções Atuariais do fluxo financeiro futuro, com receitas e despesas.
 - Parecer Atuarial conclusivo.
7. **Plano de Custeio e Cenários de Equilíbrio Atuarial:** A empresa contratada desenvolverá um Plano de Financiamento Previdenciário e apresentará cenários de Planos de Custeio para garantir o equilíbrio atuarial do RPPS, conforme o Art. 40 da Constituição Federal. Esses cenários deverão ser suficientes para financiar os compromissos futuros do RPPS e, se necessário, incluirão a elaboração e simulação de diferentes cenários, com a apresentação de minutas de anteprojetos de lei, caso haja necessidade de alteração da legislação vigente.
8. **Entrega do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA):** A empresa também será responsável pela entrega do DRAA ao Ministério da Previdência Social, conforme os Artigos 26, 27 e 28 da Portaria MTP nº 1467, de 02/06/2022. A entrega deverá ser feita por meio do sistema CADPREV, com data base de 31/12/2024, assinado por Atuário Responsável registrado no Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Além disso, deverá ocorrer a retificação do DRAA sempre que necessário, para garantir o atendimento às normas do MPS, e o fornecimento de subsídios técnicos para responder a eventuais Notificações de Irregularidade Atuarial (NIA) emitidas pelo Ministério da Previdência Social.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

Fundamentação: (Conforme inciso X do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/21).

Não serão necessárias providências adicionais por parte da Administração Pública Municipal para assegurar a execução do contrato, uma vez que o objeto da contratação não demanda condições específicas para sua operacionalização.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

Fundamentação: Conforme o inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Após análise, verifica-se que nesta contratação não há necessidade de contratações correlatas ou interdependentes, considerando que o objeto pode ser executado de forma autônoma e atende integralmente ao interesse público sem depender de outros contratos.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS:

Fundamentação: (Conforme inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/21).

A contratação deverá observar os princípios da sustentabilidade, conforme o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/licitacoes-sustentaveis>.

1. **Sustentabilidade:** Em conformidade com o Art. 5º da Lei nº 14.133/2021, a contratação deve priorizar produtos nacionais com baixo impacto sobre recursos naturais, como flora, fauna, ar, solo e água. A preferência será dada a materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local, além de práticas que promovam maior eficiência na utilização de recursos naturais, como água e energia, e maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local. Também será considerado o uso de inovações que minimizem a pressão sobre recursos naturais e a origem sustentável dos recursos utilizados, incluindo produtos florestais provenientes de manejo florestal sustentável ou reflorestamento, conforme os critérios estabelecidos no Art. 4º do Decreto Federal nº 7.746/2012.
2. **Práticas de Sustentabilidade no Serviço:** Os editais de contratação de serviços deverão exigir das empresas contratadas a adoção das seguintes práticas sustentáveis durante a execução dos serviços:
 - I: Utilizar produtos de limpeza e conservação que atendam às classificações e especificações da ANVISA.
 - II: Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme o Decreto nº 48.138/2003.
 - III: Cumprir a Resolução CONAMA nº 20/1994, no que tange aos equipamentos de limpeza que gerem ruído.
 - IV: Fornecer equipamentos de segurança necessários para a execução dos serviços.
 - V: Implementar programa de treinamento interno para os empregados nos três primeiros meses de execução contratual, com foco na redução do consumo de energia elétrica, água e na diminuição da produção de resíduos sólidos, conforme as normas ambientais vigentes.
 - VI: Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, destinando-os adequadamente, conforme a IN/MARE nº 6/1995 e o Decreto nº 5.940/2006.
 - VII: Observar as Normas Brasileiras (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
 - VIII: Garantir a destinação ambientalmente adequada de pilhas e baterias usadas, conforme a Resolução CONAMA nº 257/1999.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Lei nº 14.133/2021, em seu inciso XIII do §1º do art. 18, determina que o planejamento das contratações públicas deve incluir um posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação.

Posicionamento Conclusivo sobre a Viabilidade e Razoabilidade da Contratação:

Parecer Final sobre a Contratação da Solução Pretendida:

Viabilidade Técnica: Confirma que a solução é tecnicamente exequível e adequada às necessidades identificadas.

Viabilidade Operacional: Assegura que a organização possui ou pode obter os recursos necessários para implementar e gerir a solução.

Viabilidade Orçamentária: Verifica que existem recursos financeiros disponíveis e alocados para a contratação.

Adequação à Necessidade Identificada: A solução proposta atende de forma eficaz e eficiente à demanda de contratação apresentada.

A contratação pretendida é não apenas necessária, mas também viável em todos os sentidos, está alinhada com os objetivos institucionais e com os princípios da administração pública, como eficiência, economicidade e legalidade.

E os estudos preliminares evidenciam ser possível tecnicamente e fundamentalmente necessária, sendo a contratação pretendida perfeitamente adequada para o atendimento da necessidade a que se destina.

15. RESPONSABILIDADE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PELA ELABORAÇÃO E CONTEÚDO DO DOCUMENTO:

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares da Secretaria participante e que o mesmo traz os conteúdos previstos no parágrafo 1º do art.18 da Lei nº14.133/21.

Gestor:	Apoio Técnico:	De acordo:
CLAUDIA CRISTINA DE ASSIS SERRA Coordenador Nível Superior do Fundo de Previdência Social Matrícula nº 62.960	CAMILLA RUFINO CONSTANTINO Contadora / Gestora de Recursos do FPSNF Mat.: 115.134	ISABELA LEMGRUBER ASTH Gestora Presidente do FPSNF Mat.: 115.133

Nova Friburgo/RJ, 27 de novembro de 2024.